



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 3, n. 11, jul./set. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Superveniência de legislação mais restritiva no curso de processo de licenciamento urbanístico e o direito de construir de acordo com a lei revogada
Alexandre Levin
- ◆ Os consórcios intermunicipais diante do desenvolvimento sustentável: concretização do federalismo cooperativo
Aline Oliveira Mendes de Medeiros Franceschina
- ◆ O processo legislativo no âmbito municipal e sua importância no contexto constitucional brasileiro
Antônio Flávio de Oliveira
- ◆ Gastos com saúde: um estudo de caso sobre o percentual da aplicação dos recursos na área da saúde do município de Meleiro/SC
Daiani Macarini, Jonas Scremin Brolese
- ◆ O princípio da subsidiariedade e as distorções do modelo federativo fiscal adotado no Brasil
Gabriela Costa Xavier

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Constitucional – Inviolabilidade civil das opiniões, palavras e votos de vereadores – Proteção adicional à liberdade de expressão – Afastamento de reprimenda judicial por ofensas manifestadas no exercício do mandato e na circunscrição do município – Repercussão geral
- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Constitucional – Publicação em sítio eletrônico mantido pelo Município de São Paulo do nome dos seus servidores e respectivos vencimentos – Legitimidade – Ausência de dano moral decorrente da publicação – Princípio da publicidade – Mitigação da proteção da privacidade do cidadão em caso de agente público
- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Ação direta de inconstitucionalidade estadual – Limites da competência municipal – Lei municipal que proíbe a queima de palha de cana-de-açúcar e o uso do fogo em atividades agrícolas – Repercussão geral reconhecida – Alegação de violação aos

artigos 23, caput e parágrafo único, nº 14, 192, § 1º e 193, XX e XXI, da Constituição do Estado de São Paulo e artigos 23, VI e VII, 24, VI e 30, I e II da CRFB – Legislação estadual que regulamenta a matéria – Ausência de interesse local na matéria – Inconstitucionalidade da lei municipal

◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Honorários advocatícios de sucumbência – Distribuição para rateio entre Procuradores municipais – Possibilidade – Verba variável na composição da remuneração – Necessidade de lei regulamentadora e de ingresso dos valores nos cofres do ente público – Observância ao limite constitucional

◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal – Estimativa populacional – IBGE – Aumento ou diminuição demográfica relevante para o cálculo – Fundamento para a alteração do índice máximo para o próximo exercício financeiro – Art. 29-A, CF/88

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Custeio de serviço de iluminação pública (COSIP) – Forma de utilização dos recursos – Art. 149-A, da CF – Custeio dos vencimentos da equipe de manutenção da iluminação pública – Possibilidade – Despesa ligada estritamente ao custeio do serviço de iluminação pública – Impossibilidade de custeio de faturas de energia elétrica, matérias e serviços referentes a bens de uso especial e em relação a itens diversos da iluminação pública

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Servidor público – Recomposição geral anual – Exclusão de servidores do quadro do magistério – Necessidade de edição de lei específica para atualizar anualmente o piso salarial e a tabela de vencimentos do pessoal do magistério – Não substituição pela Lei federal nº 11.738/08

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**

Consulta – Servidor público municipal – Enquadramento de cargos existentes no quadro de servidores municipais – Atribuições e funções idênticas – Alteração de nomenclatura por meio de lei – Requisitos a serem observados

Jurisprudência Temática

- ◆ Aplicações da Lei nº 8.429/92 no âmbito municipal perante a jurisprudência dos Tribunais Superiores e Justiça Federal